

Conversas com Dallagnol mostram Moro como juiz investigador

Uma série de reportagens publicadas neste domingo (9/7) pelo site *The Intercept Brasil* expõe áudios do ex-juiz federal e atual ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e do procurador Deltan Dallagnol que mostram atuação conjunta dos dois na chamada operação "lava jato".

Reprodução



Parte das mensagens mostram Moro (foto) dando ordens a Dallagnol, sugerindo como o MPF deveria atuar. Reprodução

Segundo as [reportagens](#), o site teve acesso a um extenso lote de arquivos que revela que os procuradores da "lava jato", que passaram anos insistindo que são apolíticos, tramaram para impedir que o PT ganhasse a eleição presidencial de 2018, bloqueando ou enfraquecendo uma [entrevista](#) pré-eleitoral com Lula com o objetivo explícito de afetar o resultado da eleição.

"Os arquivos contêm, entre outras coisas, mensagens privadas e de grupos da força-tarefa no aplicativo Telegram. Neles, os procuradores da força-tarefa em Curitiba, liderados por Deltan Dallagnol, discutiram formas de inviabilizar uma entrevista do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à colunista da *Folha de S.Paulo* Mônica Bergamo, autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski porque, em suas palavras, ela "pode eleger o Haddad" ou permitir a "volta do PT" ao poder", afirma trecho da reportagem.

Novas operações

Nas mensagens trocadas, Moro reclama das decisões do Ministério Público Federal e cobra novas operações. "Por que o MPF recorreu das condenações dos colaboradores Augusto, Barusco e Mario Goes na ação penal 5012331-04? O efeito prático é impedir a execução da pena", questiona.

As reportagens apontam que Moro buscou inverter as fases da "lava jato" para favorecer a condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Outro ponto destacado é a própria descrença da força tarefa nas acusações feitas contra o ex-presidente, escancarando uma manobra jurídico-política.

"Magistrado investigador"

O trabalho de Moro foi discutido pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Conselho Nacional de Justiça há



alguns anos. Ao longo de sua carreira, Moro foi alvo de procedimentos administrativos no órgão por conta de sua conduta, considerada parcial e até incompatível com o Código de Ética da Magistratura. Todos os procedimentos foram arquivados e correram sob sigilo.

Em 2015, por exemplo, o decano da corte, ministro Celso de Mello se [referiu](#) a Moro como um "magistrado investigador" ao afirmar que a atuação dele como juiz era repleta de "fatos extremamente preocupantes", como "o monitoramento de advogados" e o "retardamento do cumprimento de uma ordem emanada do TRF-4".

"Não sei até que ponto a sucessão dessas diversas condutas não poderia gerar a própria inabilitação do magistrado para atuar naquela causa, com nulidade dos atos por ele praticados", votou Celso. "O interesse pessoal que o magistrado revela em determinado procedimento persecutório, adotando medidas que fogem à ortodoxia dos meios que o ordenamento positivo coloca à disposição do poder público, transformando-se a atividade do magistrado numa atividade de verdadeira investigação penal. É o magistrado investigador", afirmou Celso de Mello.

Ataque hacker

Em nota, o Ministério Público Federal do Paraná (MPF-PR) informou que seus membros foram vítimas de ação criminosa de um *hacker*.

"A ação vil do hacker invadiu telefones e aplicativos de procuradores da Lava Jato usados para comunicação privada e no interesse do trabalho, tendo havido ainda a subtração de identidade de alguns de seus integrantes. Não se sabe exatamente ainda a extensão da invasão, mas se sabe que foram obtidas cópias de mensagens e arquivos trocados em relações privadas e de trabalho", diz a nota.

Para o MPF-PR, os dados eventualmente obtidos refletem uma atividade desenvolvida com pleno respeito à legalidade e de forma técnica e imparcial, em mais de cinco anos de operação.

"Uma vez ultrapassados todos os limites de respeito às instituições e às autoridades constituídas na República, é de se esperar que a atividade criminosa continue e avance para deturpar fatos, apresentar fatos retirados de contexto, falsificar integral ou parcialmente informações e disseminar *fake news*", afirma o MPF.

A nota afirma ainda que os procuradores "não vão se dobrar à invasão imoral e ilegal, à extorsão ou à tentativa de expor e deturpar suas vidas pessoais e profissionais".

"A atuação sórdida daqueles que vierem a se aproveitar da ação do 'hacker' para deturpar fatos, apresentar fatos retirados de contexto e falsificar integral ou parcialmente informações atende interesses inconfessáveis de criminosos atingidos pela operação", aponta.

Já o ministro da Justiça, o ex-juiz Sergio Moro, criticou a postura do site por não procurá-lo previamente e não indicar quem foi o responsável "pela invasão criminosa de celulares de procuradores".

"Quanto ao conteúdo das mensagens que me citam, não se vislumbra qualquer anormalidade ou direcionamento da atuação enquanto magistrado, apesar de terem sido retiradas de contexto e do sensacionalismo das matérias, que ignoram o gigantesco esquema de corrupção revelado pela operação



'lava jato"', complementou.

Date Created
09/06/2019